

São José em Lisboa: um bairro tridentino

Saint Joseph of Lisbon: a counterreformation neighbourhood

Miguel Monteiro de Barros

RESUMO

Este artigo analisa o Bairro de São José de Lisboa e de como o seu aparecimento e desenvolvimento estiveram intimamente ligados à Contrarreforma. Em 1567, cerca de quatro anos após o encerramento oficial do Concílio de Trento, uma ermida dedicada a São José, situada junto a uma das principais vias terrestres de acesso à cidade, a menos de um quilómetro de distância das Portas de Santo Antão, foi transformada em sede paroquial de uma nova freguesia. A escolha de São José como patrono não foi fruto do acaso, tratando-se de uma medida deliberada levada a efeito pela Coroa e pela Igreja. Inseriu-se numa estratégia mais vasta de disseminação da ideologia contrarreformista fazendo uso da célula base da estrutura administrativa da Igreja Católica, a sede paroquial. A obrigatoriedade, então estabelecida, de existência de registos paroquiais e de participação em diversos atos religiosos por parte de todos os fregueses contribuiu decisivamente para a formação de vínculos comunitários de vizinhança entre os habitantes do Bairro de São José.

PALAVRAS-CHAVE

Bairro / São José / Associações de leigos / Contrarreforma

ABSTRACT

This article examines the development of the *São José* neighbourhood in Lisbon and how that development was closely connected with the Catholic Reformation. In 1567, in the aftermath of the Council of Trent, a hermitage dedicated to Saint Joseph, situated close by one of the main access roads into Lisbon, was transformed into the headquarters of a new parish. The choice of Saint Joseph as parish patron was not a mere coincidence. It made part of a deliberate strategy of dissemination of the Counter Reformation ideology, making use of the basic administrative cell of the Catholic Church, the parish. The compulsory requirement for parochial registers and for the participation of the faithful in the religious acts contributed decisively to the formation of community bonds among the neighbours of Bairro de São José.

KEYWORDS

Neighbourhood / Saint Joseph / Brotherhoods / Catholic Reformation

FUNDAÇÃO E CONTEXTO IDEOLÓGICO

A 15 de maio de 1545 teve lugar uma cerimónia de tomada de posse de um cardal situado junto à estrada pública que ia para Andaluz¹ – a futura rua Direita de São José/Santa Marta. Esse evento pode ser considerado como um dos dois momentos simbólicos que marcam a fundação do Bairro de São José de Lisboa. No caso específico, o da sua fundação física.

Nessa cerimónia intervieram os seus novos proprietários, os juízes, mordomos e escrivão da Confraria de São José dos Carpinteiros e Pedreiros. O chão tinha sido doado perpetuamente, destinando-se à construção de uma ermida que serviria como sede da Confraria de Carpinteiros e Pedreiros da cidade de Lisboa². Esta confraria teria sido “a pri.^{ra} deste reino”³. A tomada de posse foi efetuada

perante mij Notario e Testemunhas pacificamente, sem contradicções de pessoa alguma, e entraraõ nelle, e ho apegaram e tomaraõ em suas mãos terra e pedra, e andaraõ todos dentro nelle publicamente e se houveram por metidos; e emvestidos na ditta posse realmente e pijdijrom delle este Instrumento, testemunhas que foram presentes as Testemunhas contheudas na dita Carta⁴.

O requerimento para a edificação da ermida foi feito a 6 de julho de 1545, dois meses e onze dias depois da tomada de posse do chão, ao então arcebispo de Lisboa D. Fernando, usando-se como argumento o facto de a dita confraria ser uma associação de leigos relevante, composta por mais de trezentos oficiais de carpinteiro, de pedreiro e de outros officios anexos à Bandeira de São José. Nesse requerimento pode ler-se que

óra tinhaõ hum chaõ fora desta Cidade alem do Mosteiro que foy de Samto Antaõ, que agora hé Anunciada onde desejavaõ fazer huma Ermida do Orago de Sam Jozeph, e ali poer sua Confraria, e fazer seus ajuntamentos (...) a quall [confraria] elles queriaõ fazer aa sua custa, e a sustentar, e ornamentar de todo o necessário, e ainda manter hum Capellaõ, o que elles podem muito bem fazer por serem mais de trezentos Officiais os que entraõ nesta Irmandade⁵.

Regra geral as confrarias não dispunham de templo privativo. Ficavam sediadas nas igrejas paroquiais onde se situavam os arruamentos dos officios, aí dispondo de capelas onde ficavam expostas as imagens dos patronos⁶. A edificação de uma ermida para sede própria de uma confraria de officios constitui um caso raro no contexto lisboeta, ficando-se a dever à elevada capacidade financeira dos seus membros que assumiram todos os custos da edificação.

Tendo a autorização sido concedida, as obras decorreram com alguma celeridade – em 25 de abril de 1546 estaria já parcialmente edificada como atestam a trasladação da confraria e da imagem do patrono para a sua nova residência⁷. Parcialmente, porque sabemos que os confrades se continuaram a reunir no

¹ Esta referência à sua localização surge no documento em que o cardal em questão é doado por Gonçalo Pires Telheiro e por sua mulher, Margarida Antunes, à Confraria de São José de Carpinteiros e Pedreiros. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. N.º 51.

² O regimento e compromisso da Bandeira dos carpinteiros e pedreiros datam de 24 de agosto de 1501. A sede da Confraria de Carpinteiros e Pedreiros situou-se originalmente no Hospital de Santa Maria, à Caldeiraria. Passou, provavelmente em 1502, para o Hospital Real de Todos-os-Santos, onde se manteve até 1532. Nesse ano, transitou para a Igreja de Santa Justa, mas os cabidos continuaram a realizar-se no Hospital Real de Todos-os-Santos devido à falta de espaço para acolher os seus oficiais. Em 1546, mudou-se para a Ermida de São José *d'Entre as Hortas*, a qual veio a dar origem à atual Igreja de São José dos Carpinteiros. LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos officios mecânicos, subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. 258.

³ Arquivo da Anunciada, Creação da Confraria e freg.^a de S. Joseph, 1640, Ms. 37 [treslado de documento, sem data, com a seguinte referência: Ms. N.º 139 – f.177 – Biblioteca Nacional de Lisboa] (nova organização: Pasta de arquivo n.º 2).

⁴ Arquivo da Anunciada, Compilação de vários documentos, 1571-1848, Ms. 1, f. 1 e 1v (nova organização: Pasta 107).

⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro do tombo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, 1776. Livro 38, f. 8v.

⁶ CAETANO, Marcelo – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In *As corporações dos officios mecânicos, subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I, p. XLl.

⁷ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936. vol. IV, p. 262.

Hospital Real de Todos os Santos, datando de 15 de janeiro de 1574 a primeira referência a uma assembleia na Casa do Cabido da Confraria de São José⁸. A atual Casa do Cabido, adossada à igreja e com entrada a efetuar-se pela rua da Fé, o arruamento mais antigo do bairro, é uma construção posterior a essa data. Resulta de obras de ampliação da ermida, de forma a transformá-la em sede paroquial⁹. Na provisão de criação da nova freguesia de São José, datada de 1567, estabelece-se que a Casa do Cabido original “com seu quintal e chaõs ficaraõ aos ditos Irmaõs com declaraçaõ, q[ue] tomando se a dita caza e chaõs para a Igreja se fazer mayor, se lhe dará por isso satisfaçaõ, ou outra caza Equivalente”¹⁰.

Refletindo a expansão marítima dos séculos XV e XVI, Lisboa cresceu em número de habitantes e em área. Como consequência desse crescimento ocorreu, na segunda metade do século XVI, uma reestruturação paroquial, aumentando-se o número de paróquias de 23 para 35. A freguesia de São José Entre as Hortas formou-se a partir de territórios desanexados da freguesia de Santa Justa e Rufina, por provisão emanada pelo Cardeal Infante D. Henrique, em 20 de novembro de 1567. Este era então arcebispo de Lisboa, inquisidor-mor do reino e principal promotor da Contrarreforma em Lisboa e em Portugal¹¹. Nesse documento justificava-se a fundação da nova freguesia com o crescimento populacional verificado na freguesia de Santa Justa e Rufina¹². Mas essa fundação não se esgotou em questões de ordem prática, verificando-se a existência de um forte componente ideológico a enquadrar a decisão. Em ambiente contrarreformista – comparem-se as balizas temporais de Trento (1545-1563) com as do início da implantação do bairro e da freguesia de São José (1545 e 1567) – assumia-se como prioridade uma reforma geral dos costumes e das práticas religiosas.

É neste contexto que deve ser entendida a escolha de São José como patrono da nova freguesia. A partir do Concílio de Trento, num contexto em que a família alargada da época medieval ia cedendo lugar à família nuclear, o pai terreno de Cristo passou a ser ativamente promovido pela Igreja Católica¹³. Esta transformou-o em santo universal¹⁴, associado a novas noções de família, de paternidade, de sexualidade e de género, passando a sua atuação como *paterfamilias* a ser vista como exemplar¹⁵. A representação mais antiga da Sagrada Família existente na Igreja de São José dos Carpinteiros, provavelmente obra escultórica espanhola do século XVII, atualmente no altar-mor da igreja, insere-se nesta tendência (Figura 1).

⁸ AML, Livro do regimento e compromisso da bandeira do bem aventurado S. José dos officios dos carpinteiros e pedreiros, 1684-1813. Livro 112, f. 17v a 20v.

⁹ Sabemos pelas fontes que estas obras foram executadas nas últimas décadas do século XVI, mas não encontramos registos com as datas exatas.

¹⁰ ANTT, Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

¹¹ POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FREI GERALDO COELHO DIAS, Porto, 2005 – *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos: actas*. Porto: FLUP, Instituto de História Moderna, 2005.

¹² “[A] capela de São Jozé situada na mesma freguezia está em lugar conveniente pera em ella se poder bem curar, e Sacramentar parte dos ditos freguezes, e per esta prezente Authoritate ordinaria mandamos digo, separamos, e dividimos a dita Capella de San Jozé da dita Igreja Matriz de Santa Justa com os moradores dos limites abaixo declarados, e os applicamos à dita Capela, a qual erigimos em Igreja Curada”. ANTT, *Documentos relativos à igreja e freguesia de São José*. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

¹³ BLACK, Charlene Villaseñor – *Creating the cult of St. Joseph, art and gender in the Spanish Empire*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006. p. 78-79.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁵ “In fact, a fertile cache of primary source texts demonstrates that the Church was actively promoting the importance of St. Joseph as *paterfamilias*”. *Idem, ibidem*, p. 69.



Figura 1 Sagrada Família, Altar-mor da Igreja de São José dos Carpinteiros. Fotografia do autor.

Se 15 de maio de 1545, momento de apropriação do chão onde seria edificada a ermida dedicada a São José, constituiu o momento simbólico da fundação física do bairro, 20 de novembro de 1567 constituiu o seu momento fundacional de um ponto de vista ideológico. A ermida, de carácter privado, transformava-se em sede paroquial de uma nova freguesia, um novo ponto difusor ao serviço da propaganda contrarreformista¹⁶. A escolha de São José como patrono da nova freguesia não se tratou, portanto, de uma coincidência, já que as designações atribuídas a lugares são muito raramente aleatórias¹⁷.

O surgimento e desenvolvimento do Bairro de São José ocorreu em tempos de profundas mudanças que foram impulsionadas pela disseminação da ideologia contrarreformista a todos os setores da sociedade e por novas regras urbanísticas. Estas vinham sendo maturadas desde as primeiras experiências medievais de urbanismo programado, emprestando ao bairro a sua característica identidade visual, visível no terreno e em imagens e cartas¹⁸.

¹⁶ Essencialmente o que distinguia uma igreja paroquial/matriz de outro tipo de templos era a existência de pia batismal e de cartório, este último compreendendo os livros de assentos (batismos, casamentos, óbitos, perfilhações) e os róis de confessados.

¹⁷ Os topónimos constituem mnemónicas “when names are assigned to places, those who do the naming are often particularly aware of the memories they wish to impose”. CONNERTON, Peter – *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 11, 13.

¹⁸ A primeira representação cartográfica do bairro data de 1756. Museu da Cidade (MC). I. De Reverend – *Planta geometrica do Bairro de Andalus com seus confinas*, 1756. MC. DES.983.

Em 1575 iniciava-se em Lisboa a construção da Igreja de São Roque na zona mais tarde conhecida como Bairro Alto. Este templo tornou-se a principal igreja jesuíta portuguesa nos duzentos anos seguintes e um dos principais centros da propaganda contrarreformista europeia¹⁹. Influenciou grandemente a arquitetura, o urbanismo e, num plano menos tangível, o comportamento social do bairro e da cidade onde se localizava.

Em 1536, o rei D. João III solicitara a instalação formal da Inquisição em Portugal. Em 1540, os jesuítas estabeleciam-se em Portugal e, em 1542, inauguravam em Coimbra a sua primeira escola, seguindo-se outra em Lisboa, em 1553. Tornaram-se uma força dominante através da sua ação pastoral, que levaram às ruas, praças e púlpitos da capital, reunindo multidões para os ver e ouvir²⁰.

A transformação, em 1567, da Ermida de São José em sede paroquial ocorreu numa capital em pleno modo contrarreformista, com a recusa de culto aos santos por parte das igrejas reformadas a explicar a estratégia católica de promoção de devoções mais teocêntricas como a de São José²¹. A relação íntima de São José com Jesus tornava-o um candidato ideal a patrono de uma nova freguesia onde se difundissem os valores contrarreformistas *ab initio*, nomeadamente “bem curar, e Sacramentar”²². Numa sociedade em que a esmagadora maioria da população era iletrada e onde as novidades levavam tempo a disseminar-se, os poderes aproveitaram as células base da rede administrativa religiosa, as paróquias, como meios difusores privilegiados da propaganda contrarreformista.

A criação da paróquia de São José inseriu-se assim numa estratégia mais vasta, que implicou a moralização das práticas individuais e coletivas e a luta contra as heresias, num ambiente de centralização política e de homogeneização ideológica e cultural. De acordo com o padre José de Castro, Portugal foi o primeiro estado católico a demonstrar o seu apoio total às disposições tridentinas²³, ao contrário de Espanha e de França, que apresentaram reservas de diversa índole²⁴. Em 12 de setembro de 1564, a menos de um ano do encerramento do Concílio de Trento, sendo regente do reino o Cardeal Infante D. Henrique, foi promulgado um alvará régio que estabelecia a total observância aos decretos de Trento.

Entre 1545-1563 e as primeiras décadas do século XIX, a vida quotidiana passou a ser fortemente regulamentada pela Igreja Católica – os comportamentos, os detalhes administrativos das existências individuais e coletivas, assim como a relação estabelecida entre as populações e os territórios que estas habitavam²⁵. A aliança com a Igreja interessava particularmente à Coroa, devido ao papel de harmonização e de controlo social que aquela conseguia exercer. O poder de penetração da Igreja Católica no território nacional era muito mais relevante do que o da Coroa, pois assentava numa rede bem integrada e eficiente que se iniciava no Vaticano, passava pelas dioceses e terminava nas paróquias²⁶.

¹⁹ Lisboa tornou-se o perfeito ambiente urbano moderno para a Companhia de Jesus ‘to emerge as one of the leading forces of the Catholic Reform movement of the late sixteenth century’. Tal foi possível graças a uma série de fatores: tratava-se de uma cidade ‘where political, religious and economic power converged’; era uma das maiores cidades da Europa, uma metrópole com mais de 100000 habitantes; graças ao seu império, possuía um alcance global. BROCKEY, Liam Matthew – Jesuit pastoral theater on an urban stage: Lisbon, 1588-1593. *Journal of Early Modern History*. Leiden: Brill. Vol. 9 Nº 1 (2005), p. 5.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 26.

²¹ PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. p. 24-25.

²² ANTT, Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. nº 51.

²³ CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1944. vol. VI, p. 140-141.

²⁴ *Histoire de la réception du Concile de Trente Dans les différents Etats Catholique ; Avec les Pièces justificatives, servant A prouver que les Décrets & Réglemens Ecclésiastiques ne peuvent & ne doivent être exécutés sans l'autorité des Souverains*. Amsterdam: [s.n.], 1766. tome I, p. 64-65.

²⁵ CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2011. p. 33.

²⁶ LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes – Visitas pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série Vol. 23 (2011), p. 170.

Diversos meios foram utilizados pela hierarquia católica para impor as disposições tridentinas. Para a paróquia e Bairro de São José destacamos o papel exercido pelas associações de leigos, a Confraria de São José e a Irmandade do Santíssimo, na doutrinação e assistência aos fiéis e na fiel guarda dos registos paroquiais, tornados obrigatórios²⁷. Quer a Confraria de São José quer a Irmandade do Santíssimo Sacramento foram ambas, em épocas distintas, administradoras da freguesia, tendo por obrigação guardar e manter os livros paroquiais, único registo então existente das gerações passadas e dos laços criados entre vizinhos²⁸.

Outro meio relevante de controlo foram as visitas²⁹, que tinham como um dos seus objetivos principais constituir-se como um mecanismo disciplinador dos comportamentos de religiosos e de leigos, tendo estas sido muito mais utilizadas em Portugal do que nos restantes países católicos³⁰. Evitar a participação nos variados atos religiosos que marcavam a vida quotidiana tornou-se difícil devido à generalização de registos escritos. O ato da confissão, apesar de obrigatório desde o IV Concílio de Latrão (1215), passou a ficar registado por escrito nos róis de confessados. Estes arrolavam, por agregado familiar, todos os paroquianos com idade considerada adequada para se confessarem e comungarem. A realização destas listas foi imposta aos párocos pelas constituições sinodais, que adaptavam as disposições tridentinas às realidades locais. Constar do rol era condição *sine qua non* para se poder ser considerado freguês.

DESENVOLVIMENTO IDENTITÁRIO E URBANÍSTICO

Todas estas medidas contribuíram para o desenvolvimento de sentimentos de pertença dos fregueses às suas paróquias e aos bairros que lhes estavam associadas. No caso do Bairro de São José, periférico e único núcleo urbano da freguesia em que se inseria entre os finais do século XVI e os inícios do século XVIII – tempo que corresponde à aplicação, expansão e normalização das disposições tridentinas –, o processo de construção identitária entre os seus habitantes, com o desenvolvimento de representações coletivas e de noções de interior e de exterior, teria sido igualmente facilitado por estas circunstâncias específicas³¹.

Os laços emocionais que se estabeleciam ajudaram a construir memórias coletivas relacionadas com os espaços de uso comum, de entre os quais se destaca a igreja paroquial devido ao papel central que assumiu nas vivências dos fregueses. O calendário religioso, das celebrações quotidianas aos diversos rituais de iniciação e de passagem como os batismos, comunhões, casamentos e funerais, teve um papel importante no processo de socialização e na construção da identidade bairrista. O desenvolvimento daqueles laços encontrava-se relacionado com os registos

²⁷ As irmandades e culto do Santíssimo Sacramento tornaram-se importantes instrumentos ao serviço da Contrarreforma. O Concílio de Trento fundamentou “com argumentos teológicos nítidos todo um conjunto de práticas piedosas que há muito faziam parte dos costumes dos fiéis cristãos, nomeadamente a adoração de Cristo presente no sacrário e as procissões do Santíssimo, assim como a reunião de homens e mulheres em confrarias sob a invocação do Santíssimo Sacramento. Costumes piedosos arreigados na tradição cristã, mas que recebem novo impulso nos alvares do século XVII, correspondendo a uma renovação das práticas de adoração comunitária.” VENTURA, Margarida Garcez – *Reflexões sobre a majestade: o culto do Santíssimo Sacramento nos livros de visitas e pastorais da igreja de São Pedro da Ericeira*. Lisboa: Didaskalia, 1998. p. 174.

²⁸ AML, Livro do tomo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, 1776. Livro 38, f. 287, 287v.

²⁹ PAIVA, José Pedro – As visitas pastorais. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. II, p. 251. Para a paróquia de São José, a primeira inquirição religiosa deste tipo data de 1601. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1601, Ms. 104.

³⁰ CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 40.

³¹ O Bairro de São José constituiu-se como único núcleo urbano da freguesia do mesmo nome entre os finais do século XVI e as primeiras décadas do século XVIII, altura em que se começa a desenvolver a urbanização na encosta nascente da colina de São Roque. Essa realidade encontra-se patente num documento de 1737 onde, a propósito da limpeza do bairro (administrativo) da Mouraria que compreendia então cinco freguesias, entre as quais a de São José, se descreve sucintamente o bairro. Este é aí assumido como o único núcleo urbano da freguesia digno de menção: “a quarta [freguesia] a do S. José que tem a rua Direita que começa ás portas de Santo Antão e acaba a Santa Martha, com todas as travessas de uma e outra parte e dois conventos de freiras [Anunciada e Santa Marta]”, Liv.º XIII de cons. e dec. d’el-rei D. João V, do sen. Ori., 1737. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1903. vol. XIII, p. 341-342.

paroquiais, considerando que a verificação das identidades individuais constituía um processo comunitário dependente dos demais membros da comunidade e do pároco. Esta realidade contribuiu para estreitar ainda mais os laços de interdependência entre os vizinhos e a sua paróquia³².

Outros elementos que também contribuíram para a construção da identidade do Bairro de São José foram as casas religiosas que marcavam os seus limites³³. A implantação do Mosteiro de Santo Antão entre dois caminhos, ocorrida nos inícios do século XV e substituído, em 1538-39, pelo da Anunciada, pode ter-se constituído como elemento potenciador da implantação da ermida dedicada a São José em 1545³⁴. Todavia, o impacto do Mosteiro de Santo Antão na urbanização da zona, no decorrer do século XV, não deve ter sido significativo devido ao pouco interesse despertado pela mesma, periférica e pouco salubre, junto a uma cidade de povoamento concentrado mas com espaços vazios no seu interior. Um maior dinamismo verificou-se com a refundação do Mosteiro da Anunciada nas instalações do de Santo Antão em 1538-39 e com a fundação da Ermida de São José dos Carpinteiros na rua Direita em 1545.

As dinâmicas criadas pela promoção da ermida a sede paroquial em 1567 espoletaram a instalação, em 1569³⁵, de um recolhimento dedicado a Santa Marta, posteriormente (1583) elevado à categoria de convento, assim como a fundação do Convento dos Capuchos em 1570³⁶. É aliás sem surpresa que constatamos que, por detrás da fundação do Convento dos Capuchos³⁷ e da freguesia de São José, encontramos a mesma personalidade, o Cardeal Infante D. Henrique. Estas casas religiosas tiveram um papel relevante nas dinâmicas do bairro. Apesar de, com Trento, se terem estabelecido normas rígidas de conduta para as casas religiosas femininas, a realidade era bem mais fluida. Verificava-se um certo grau de convivialidade com os vizinhos³⁸ que sentiam estas instituições como «suas», situação que contribuía para a construção das memórias sociais dos espaços em que essas casas se inseriam.

A urbanização do Bairro de São José, lenta nas duas décadas que se seguiram à instalação da ermida, sofreu um impulso com a oficialização da sede paroquial da nova freguesia em 1567. As evidências apontam nesse sentido, nomeadamente com o aparecimento na documentação, logo em 1570, da primeira referência a um arruamento do bairro, a rua da Fé³⁹. A urbanização do bairro ocorreu a partir de dois núcleos difusores: um mais antigo situado nas imediações da igreja paroquial e um outro mais recente situado nas imediações do Convento de Santa Marta. Quanto ao primeiro núcleo, além da rua da Fé, surgiu em 1586 a rua do Telhal⁴⁰, em 1607 a rua do Carrião⁴¹, em

³² VIDAL, Frédéric – A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas. In SERRÃO, José Vicente; SÁ, Maria de Fátima; PINHEIRO, Magda de Avelar – *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 522.

³³ “Os núcleos de edificações, que se aninhavam em volta das casas religiosas, eram os principais factores da formação de bairros que por sua vez determinavam a criação dos templos paroquiais.” SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. vol. I, p. 16.

³⁴ “Está a gente a vêr, na bárbara descrição [escritura datada de 1400, em latim, em que João de São Vicente e Lourença Joane, sua mulher, mercadores abastados de Lisboa, doam terrenos seus para a edificação do Mosteiro de Santo Antão-o-Velho], a actual igreja da Anunciada posta entre os dois caminhos; o que ia para Bemfica, que é a correnteza das modernas ruas de S. José, Santa Marta e S. Sebastião da Pedreira, etc., e o que ia para a Cotovia, o qual começando naquele trôço de rua que liga o largo à Avenida, se empinava, encaracolando naturalmente pelo oiteiro fronteiriço, até ganhar as eminências do Moinho de Vento.” *Idem, ibidem*, p. 57.

³⁵ ANTT, ex-AHMF, Relações dos documentos do Convento..., 1583. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, cx. 149, IV/F/1(2), SM 2-6.

³⁶ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950/1952. tomo II, p. 339.

³⁷ ANTT, Memórias sobre a fundação e edificação do convento de Santo António de Lisboa. Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Província. Liv. 7, 1673.

³⁸ CONDE, Antónia Fialho – O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In BRAGA, Isabel Drumond; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, org. – *As mulheres perante os tribunais do antigo regime na Península Ibérica*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2015. p. 236-237.

³⁹ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950/1952. tomo II, p. 339.

⁴⁰ Arquivo da Anunciada, Livro da Confraria e Irmandade de Jesus, 1584-1624, Ms. 2, f. 185 (nova organização: Pasta 138).

⁴¹ Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita ao termo de Lisboa, 1607, Ms. 102, f. 196.

1607 a travessa das Pretas⁴² e em 1621 a rua da Praga⁴³. O segundo núcleo desenvolveu-se junto ao Convento de Santa Marta. A primeira referência relacionada com este reporta-se à travessa dos Melros e data de 1601⁴⁴. Já as primeiras referências específicas às ruas de São José e de Santa Marta datam de 1613 e de 1615⁴⁵, o que indicia que ambos os núcleos se tinham tornado suficientemente relevantes para passarem a designar secções da antiga estrada pública que ia para o Andaluz.

Apesar do impulso dado à urbanização do bairro a partir das últimas décadas do século XVI, este só aparece reconhecido como tal, em documentos oficiais, a partir de 1682⁴⁶. O aparecimento da designação bairro nos anos oitenta do século XVII, referente ao único núcleo com características urbanas existente na freguesia de São José, significa provavelmente duas coisas. Uma, que essa designação, atribuída a uma área residencial com uma identidade própria, apenas se teria desenvolvido plenamente em Lisboa por meados do século XVII, facto que as fontes parecem confirmar. A primeira referência a um bairro residencial que encontramos nas fontes consultadas reporta-se ao Bairro de São Roque, como era então conhecido o Bairro Alto, e data de 1605⁴⁷. Essa referência coincide no tempo com a divisão de Lisboa em dez bairros criminais⁴⁸, o que aponta para a disseminação da noção de bairro, fosse este uma realidade administrativa ou residencial. Outra, que entre meados e finais do século XVII o aglomerado urbano situado na vertente poente da colina de Santana alcançara um grau de desenvolvimento e uma identidade suficientemente fortes para que os seus contemporâneos o considerassem como bairro. Ou seja, só por finais do século XVII o espaço em análise estaria suficientemente consolidado para que aí se pudessem desenvolver as dinâmicas ideológicas, sociais e económicas imprescindíveis ao aparecimento da noção de bairro, no sentido de um espaço com uma identidade própria vivida pelos que nele habitavam e trabalhavam e reconhecida por forasteiros.

A partir de 1682, a designação Bairro de São José surge-nos com alguma frequência (1712, 1741, 1742, 1826-1833, 1832, 1833, 1997, 2014). Desaparece das fontes a partir de 1833, voltando a ressurgir muito mais recentemente. Também este quase desaparecimento a partir da década de trinta do século XIX não nos parece ser fruto do acaso já que corresponde temporalmente à aplicação da legislação de Mouzinho da Silveira que, ao assentar as bases legais do liberalismo, abalou os pressupostos ideológicos que tinham estado por detrás do aparecimento e do desenvolvimento do Bairro de São José.

Mas os pressupostos ideológicos não explicam por si sós o seu desenvolvimento. Este não teria ocorrido se a área em questão não estivesse estrategicamente situada junto a uma das principais estradas de acesso a Lisboa, a estrada para Benfica, também conhecida por estrada do Andaluz (Figura 2).

⁴² *Idem, Ibidem*, f. 194v.

⁴³ Esta rua, denominada originalmente da Praga, denomina-se atualmente do Cardal de São José. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1621, Ms. 669, f. 123.

⁴⁴ Denominada do Despacho a partir de meados do século XVII. Arquivo do Patriarcado de Lisboa, Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, 1601, Ms. 104, f. 91v.

⁴⁵ ANTT. Batismos.

⁴⁶ AML, Livro da receita da irmandade do patriarca S. José. Caixa nº 94, Livro nº 33, 1672-6, f. 34v, 35v, 37v, 38v e 39.

⁴⁷ AML, Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José, 1580-1632. Caixa nº 91, livro nº 26, f. 104, f. 91v.

⁴⁸ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1899. vol. XI, p. 491-492.

⁴⁹ VASCONCELLOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa*. Diálogo apud CURTO, Diogo Ramada – *Descrições e representações de Lisboa (1600-50)*. In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ACARTE, 1989. p. 134.



Figura 2 Caminhos para Benfica, para a Cotovia e do Salitre, assinalados na planta de Reverend, 1756. Carlos Ignacio de Reverend, *Planta Geometrica do Bairro de Andalus com seus confinas*, MC. DES.983.

Nos períodos medieval e moderno Lisboa possuía três círculos de abastecimento – o primeiro, correspondente ao termo, supria a cidade de «cousas de pouco preço e de cotidiana necessidade»⁴⁹; o segundo, reportando-se a regiões mais distantes, supria a cidade com cereais, carne, madeira e panos; o terceiro, o mais importante, era o das vias de comércio externo⁵⁰. A rua Direita de São José/Santa Marta, à ilharga da qual se desenvolveria o Bairro de São José, constituía uma peça fundamental do sistema primário de vias da cidade, do qual dependiam os primeiro e segundo círculos de abastecimento⁵¹. Coincidentemente, existia uma relação óbvia entre este sistema primário de vias e a localização da rede paroquial lisboeta, dentro e fora das muralhas⁵².

Constitui exemplo do movimento económico verificado o facto de existirem dois despachos no bairro pelo menos desde 1667, um da fruta e outro dos vinhos⁵³, que sobreviveram na designação de um dos arruamentos do bairro, a travessa do Despacho. Acrescente-se a existência, pelo menos desde 1721, de um açougue⁵⁴.

Partindo deste quadro, é lógico inferir que o impulso inicial para urbanizar os terrenos situados junto à rua Direita de São José/Santa Marta teria sido dado pelo facto de esta constituir uma via primordial de entrada e saída de pessoas e de abastecimento da cidade⁵⁵. Evidências da sua importância económica são a quantidade de

⁵⁰ CURTO, Diogo Ramada – Descrições e representações de Lisboa (1600-50). In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ACARTE, 1989. p. 134.

⁵¹ SILVA, Manuel Fialho – O sistema viário da Lisboa medieval. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos [et al.], coord. – *Meios vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 136.

⁵² *Idem*, *Ibidem*, p. 141.

⁵³ ANTT. Óbitos.

⁵⁴ ANTT. Óbitos.

⁵⁵ VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, etc. Diálogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme edição de 1608. Novamente correctos e emendados*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1803. p. 191-192.

tráfico que aí se registava – em 1620 afirmava-se que “entrão hum dia por outro pella porta de Santo Antão o menos mil e quinhentas cavalgadas”⁵⁶.

Outro fator decisivo terá sido a melhoria da salubridade da área. No decurso do século XV teria aumentado a pressão poluente exercida sobre a ribeira que corria pelo Valverde, principalmente devida às descargas com origem nas inúmeras hortas, quintas e explorações pecuárias que ocupavam toda a zona do Valverde. Conhecendo-se as práticas da época, este curso de água deveria constituir, principalmente nos meses de estio, um foco de maus-cheiros e pestilências várias. Estaria também, em épocas de chuvas intensas, sujeito a inundações. A atestar esta realidade o facto de a ribeira de Valverde ser, pelo menos até aos inícios do século XVI, denominada de “rego das imundícies”⁵⁷.

Nos séculos XV e XVI procedeu-se ao seu encanamento, assim como ao das descargas de águas que se lhe juntavam, passando a ribeira a correr integrada na denominada Rede do Cano Real⁵⁸. Apesar do encanamento ter disciplinado o corrimento das águas, este deve ter continuado a ser efetuado a céu aberto em grande parte do seu percurso⁵⁹. De qualquer forma, esse encanamento terá decerto contribuído para reduzir a disseminação de agentes patogénicos e, ao reduzir as infiltrações, levado a uma consolidação dos terrenos limítrofes, abrindo caminho à edificação. A consolidação definitiva dos terrenos do Valverde com a correspondente urbanização de toda a área a poente da rua Direita de São José/Santa Marta só aconteceria com a deposição de entulho proveniente dos escombros do terramoto de 1755 no vale, no espaço designado genericamente por Hortas da Cera. Aí seriam posteriormente instalados o Passeio Público e a avenida da Liberdade.

Considerando que a proximidade da água, seja para consumo doméstico ou para ser utilizada para outros fins, é um dos fatores que potenciam a urbanização de uma determinada área⁶⁰, não surpreende que o Bairro de São José se tenha implantado nas imediações de uma ribeira, enquadrado por dois chafarizes importantes, um a norte e outro a sul: o chafariz de Andaluz, datado do reinado de Afonso IV e o de Neptuno ou do Rossio, construído em 1606⁶¹. Todavia, os chafarizes não supririam todas as necessidades de água potável, pois as fontes referem a existência de vários poços, cisternas e fontes, no bairro e nas suas imediações⁶².

⁵⁶ OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1804. p. 114-115.

⁵⁷ MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I, p. 268.

⁵⁸ BARROS, António Augusto Salgado de – Os canos de drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 1 (janeiro – junho 2014), p. 88-93.

⁵⁹ “Outro cano real que começa a S. Sebastião da Pedreira, que toma as aguas de todas aquellas ruas do chafariz de Andaluz, e Santa Martha, e vem por entre as hortas da Annunciada meter-se por baixo da Inquisição [palácio dos Estaus], (...) E aquellas aguas que se juntam ás portas de Santo Antão, ás casas da marquiza de Castello Melhor, é obrigação da cidade mandar-lhe dar correnteza até o cano real, e d’ahi para cima são obrigados os hortelões a trazel-o limpo cada um a sua testada que a elles lhes correm; porque em chovendo, se o não tem corrente, alagam-se-lhes as hortas”. *Livro dos canos antigos da cidade apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885. vol. I, p. 12-17.

⁶⁰ PEREIRA, Cristóvão Valente – Chafarizes de Lisboa: monumento e função prática. A importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidades do espaço público [Em linha]. [S.l.]: [s.n.], [20--?]. [Consult. 22/10/2019]. MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I, p. 268.

⁶¹ ANTT, ex-AHMF – *Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583, 1583-1608*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, f. 3; ANTT, ex-AHMF – *Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana, 1527*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Joana, liv. 107-A, f. 1v; Arquivo da Anunciada – *Livro das Instituições Das missas, e officios...*, 1614..., Ms. 10 (nova organização: 108), f. 28v; ANTT. Óbitos.

⁶² No ano de 1584, no livro de receitas e despesas do Mosteiro de Santa Marta encontramos a referência a “poços”, depreendendo-se que este mosteiro possuiria mais de um na sua cerca. ANTT, ex-AHMF – *Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583, 1583-1608*. Cartórios dos conventos. Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, f. 3; Umás casas, com quintal e poço, foram adquiridas, em 1594, na rua do Lavra pelo Convento da Anunciada. ANTT, ex-AHMF *Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana, 1527*. Cartórios dos conventos, Convento de Santa Joana, liv. 107-A, f. 1v. Em 1608, foram comprados na rua das Pretas, por Pedro Gonçalves a Luísa Esteves, meio quintal e meio poço. Arquivo da Anunciada – *Livro das Instituições Das missas, e officios...*, 1614..., Ms. 10 (nova organização: 108), f. 28v. Em 10 de setembro de 1729 Páscoa da Silva morreu ao cair num poço, cuja localização exata não é referida. ANTT. Óbitos. Em 5 de dezembro de 1730, aconteceu o mesmo a José Caro, num poço situado na rua da Fé. ANTT. Óbitos.

LINHAS CONCLUSIVAS

O uso da palavra *bayrro*, enquanto referência inequívoca a uma parte constituinte de uma cidade surgiu pela primeira vez na língua portuguesa nos inícios do século XVII⁶³. Surgem nas fontes, para épocas anteriores (desde 968), formas arcaicas da palavra, mas sem o significado acima referido⁶⁴. Entre os séculos XIV e XVI aparecem diversas referências a bairros coutados com o sentido de espaços de jurisdição privada, situação combatida pelos poderes concelhios já que prejudicava a administração urbana⁶⁵.

Defendemos neste artigo que se a palavra bairro é de uso antigo na língua portuguesa, a sua definição moderna e contemporânea – uma área residencial com uma identidade própria, inserida numa realidade urbana mais vasta com a qual se relaciona e interage, reconhecida pelos seus habitantes e por forasteiros – muito ficou a dever à ideologia contrarreformista. Esta assumiu um papel primordial na criação e estruturação de bairros residenciais, espaços onde novas fórmulas morais, comportamentais e urbanísticas se puderam desenvolver. Estas fórmulas tiveram um impacto social considerável – ao introduzirem mudanças relevantes na forma como a população interagia entre si influenciaram a formação de laços identitários. Tal foi particularmente evidente para o Bairro de São José. Este foi, durante cerca de duzentos anos e até meados do século XVIII, o único espaço com características urbanas na freguesia em que se encontrava inserido.



⁶³ O dicionário Houaiss aponta o ano de 1611 como data de entrada de *bayrro*, com esta aceção, na língua portuguesa. *Apud* CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEAUT-UAL. N^o4 (2014). Encontrámos nas fontes por nós consultadas uma referência mais antiga, datada de 1605, para a aceção referida. É relativa ao Bairro de São Roque, como era então designado o Bairro Alto. Arquivo Municipal de Lisboa. – *Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José*, 1580-1632. Caixa n^o 91, livro n^o 26, fólio de apresentação e índice, letras B, F, I, M.

⁶⁴ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEAUT-UAL. N^o4 (2014).

⁶⁵ “Defendemos que nenhum Senhor de Terras, Prelado, nem Fidalgo, nem outra pessoa de qualquer estado e condição que seja não faça novamente coutos, nem bairros coutados, nem acolha, nem coute nelles nem em outros antigos e honras, posto que approvados pelos Reis antigos, nenhuns malfeitores, nem degredados.” *Ordenações Manuelinas*, 1521. Liv. V, tit. 90 *apud* CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro. Compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. In *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEAUT-UAL. N^o4 (2014). Eduardo Freire de Oliveira já abordara esta problemática, chamando a atenção para a antiguidade da palavra usada em várias aceções em diversas fontes antigas em *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885. vol. I, p. 492.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo da Anunciada (Igreja Paroquial de São José da Anunciada)⁶⁶

Compilação de vários documentos, Ms. 1, f. 1 e 1v (nova organização: Pasta 107), 1571-1848.

Creação da Confraria e freg^a. de S. Joseph, Ms. 37 [treslado de documento, sem data, com a seguinte referência: Ms. N^o 139 – fl.177 – Biblioteca Nacional de Lisboa] (nova organização: Pasta de arquivo n^o 2), 1640.

Livro da Confraria e Irmandade de Jesus, Ms. 2, f. 185 (nova organização: Pasta 138), 1584-1624.

Livro das Instituiçõe^s Das missas, e officios, q[ue] esta Irmanda.^e do Smõ Sacram.^{to} da Freg.^a de S. Iozè tem obrigação mandar dizer em cada hu anno pel.^{las} Almas de Affonso Gonsalues; Franc.^{co} Pires; M.^a Martis; Mariana da Pena, Fran.^{co} Pires, e sua mulher M.^a Gonlz, Ioanna Franc.^{ca}, e seu marido Fran.^{co} Ribr.^o, o P.^e Belchior Gracias do Rego Biliago, Uicencia de Oliueyra, e Maria Fiall. E dos titulos das propriedades em que estam impostas algumas destas obrigações, Ms. 10 (nova organização: 108), 1614...

Arquivo do Patriarcado de Lisboa

Livro de fianças matrimoniais, U.I. 1753, 1663/64/65/66.

Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, Ms. 104, 1601.

Livro dos termos da devassa da visita a Lisboa, Ms. 669, 1621.

Livro dos termos da devassa da visita ao termo de Lisboa, Ms. 102, 1607.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro da receita da irmandade do patriarca S. José, Caixa n^o 94, Livro n^o 33, 1672-6.

Livro de registo da eleição dos irmãos da irmandade do patriarca de São José, Caixa n^o 91, livro n^o 26, 1580-1632.

Livro do regimento e compromisso da bandeira do bem aventurado S. José dos ofícios dos carpinteiros e pedreiros, Livro 112, 1684-1813.

Livro do tombo das escrituras, sentenças, provisões e outros títulos pertencentes à irmandade do patriarca S. José, Livro 38, 1776.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Digitarq, Registos paroquiais de batismos das freguesias de São José e do Coração de Jesus.

Digitarq, Registos paroquiais de óbitos das freguesias de São José e do Coração de Jesus.

Documentos relativos à igreja e freguesia de São José. Gavetas, Gaveta 16, maço 4, doc. n^o 51.

⁶⁶ Fontes não tratadas arquivisticamente. A numeração dos manuscritos e a sua organização foram realizadas por nós.

Livro primeiro da receita e despesa ordenado pela madre soror Mariana do Presépio fundadora e primeira abadessa do mosteiro de Santa Marta de Jesus no ano de 1583. Ex-AHMF, Cartórios dos conventos, Convento de Santa Marta de Jesus, liv. 160, 1583-1608.

Memórias sobre a fundação e edificação do convento de Santo António de Lisboa. Ordem dos Frades Menores, Província de Santo António, Província. Liv. 7, 1673.

Relação das fazendas próprias e prazos em vidas dos conventos da Anunciada, Salvador e Rosa unidos no real convento de Santa Joana. Ex-AHMF, Cartórios dos conventos, Convento de Santa Joana, liv. 107-A, 1527.

Relações dos documentos do Convento, catálogo das escrituras de reconhecimento dos foreiros, inventário de que o padre confessor Manuel Lopes Monteiro achou em casa do reverendo padre José António Pereira falecido em 3 de maio de 1835, breves e autos e despachos eclesiásticos. Cartórios dos conventos, Convento de Santa Marta de Jesus, cx. 149, 1583.

Museu de Lisboa – Palácio Pimenta

Carlos Ignacio de Reverend, Planta Geometrica do Bairro de Andalus com seus confinias, MC. DES.983.

IMPRESSAS

História dos mosteiros e conventos e casas religiosas de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1952.

Histoire de la réception du Concile de Trente Dans les différents Etats Catholique; Avec les Pièces justificatives, servant A prouver que les Décrets & Réglements Ecclésiastiques ne peuvent & ne doivent être exécutés sans l'autorité des Souverains. Amsterdam: [s.n.], 1766.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa: Na Impressão Régia, 1804.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sítio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, etc. Diálogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme edição de 1608. Novamente correctos e emendados.* Lisboa: Na Impressão Régia, 1803.

ESTUDOS

BARROS, António Augusto Salgado de – Os canos de drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal.* 2ª Série Nº 1 (janeiro – junho 2014), p. 85-105.

BARROS, Miguel Monteiro de – *São José, bairro tridentino.* Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BLACK, Charlene Villaseñor – *Creating the cult of St. Joseph: art and gender in the Spanish Empire.* Princeton: Princeton University Press, 2006.

BROCKEY, Liam Matthew – Jesuit pastoral theater on an urban stage: Lisbon, 1588-1593. *Journal of Early Modern History.* Leiden: Brill. Vol. 9 Nº 1 (2005).

CAETANO, Marcello – A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história.* Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I.

CARITA, Hélder – *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna 1495-1521.* Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

- CARVALHO, Joaquim Ramos de – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2011.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da CML, 1936. vol. IV.
- CASTRO, José de – *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica, 1944. vol. VI.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A polissemia da palavra bairro: compilação de notas para o estudo do conceito de bairro. *Revista Estudo Prévio*. Lisboa: CEAUT-UAL. Nº4 (2014).
- CONDE, Antónia Fialho – O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento. In BRAGA, Isabel Drumond; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, org. – *As mulheres perante os tribunais do antigo regime na Península Ibérica*. Coimbra: Imprensa da universidade, 2015.
- CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- CONNERTON, Paul – *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- COSTA, Susana Goulart – A reforma tridentina em Portugal: balanço historiográfico. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série Nº 21 (2009).
- CURTO, Diogo Ramada – Descrições e representações de Lisboa (1600-50). In COLÓQUIO SOBRE O IMAGINÁRIO DA CIDADE, Lisboa, 1989 – *O imaginário da cidade: comunicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: ACARTE, 1989. p. 131-145.
- ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira – *Reforma tridentina e religião vivida: os Açores na época moderna*. Ponta Delgada: Signo, 1991.
- FERREIRA, Olegário A. Vieira – A introdução dos registos paroquiais em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa: Associação de Professores de História. (1994).
- LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vols. I e II.
- LEAL, Joana Cunha – *Arquitetura privada, política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em História de Arte Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LIBERATO, Marco – Trento, a mulher e controlo social: o recolhimento de S. Manços. In ABREU, Laurinda - *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes – Visitas pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII. *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. 2ª Série, 23 (2011).
- MACEDO, Luís Pastor de – *Lisboa de lés a lés: subsídios para a história das vias públicas da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1962. vol. I.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1885, 1899, 1903.
- PAIVA, José Pedro – As visitas pastorais. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 2º vol.
- PENTEADO, Pedro – Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

POLÓNIA, Amélia – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FREI GERALDO COELHO DIAS, Porto, 2005 – *Em torno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos: actas*. Porto: FLUP, Instituto de História Moderna, 2005.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916. vol. I.

SILVA, Augusto Vieira da – *Os bairros de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a, 1930. Separata da Arqueologia e História.

SILVA, Manuel Fialho – O sistema viário da Lisboa medieval. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos [et al.], coord. – *Meios, vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 133-145.

VENTURA, Margarida Garcez – *Reflexões sobre a majestade: o culto do Santíssimo Sacramento nos livros de visitas e pastorais da igreja de São Pedro da Ericeira*. Lisboa: Didaskalia, 1998.

VIDAL, Frédéric – A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas. In SERRÃO, José Vicente; SÁ, Maria de Fátima; PINHEIRO, Magda de Avelar – *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SITOGRAFIA

Agnus Dei – *Concílio Ecumênico de Trento. Sessão XXIV* [Em linha]. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: <http://agnusdei.50webs.com/trento29.htm>.

BRAGA, Isabel – *Bairro Alto: uma história concentrada* [Em linha]. Lisboa: O Corvo, 2013. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: <https://ocorvo.pt/bairro-alto-uma-historia-concentrada/>

PEREIRA, Cristovão Valente – *Chafarizes de Lisboa: monumento e função prática: a importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidades do espaço público* [Em linha]. [S.l.]: [s.n.], [20--?]. [Consult. 22/10/2019] Disponível na Internet: https://www.academia.edu/895036/CHAFARIZES_DE_LISBOA_MONUMENTO_E_FUN%C3%87%C3%83O_PR%C3%81TICA

Submissão/submission: 04/11/2019

Aceitação/approval: 15/11/2019

Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de Barros, IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1070-312 Lisboa, Portugal. Presidente da Associação de Professores de História, 1300-003 Lisboa, Portugal. mmonteirob@gmail.com.
<https://orcid.org/0000-0003-3766-5535>

BARROS, Miguel Monteiro de – São José em Lisboa: um bairro tridentino. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 12 (julho-dezembro 2019), p. 27 – 41. <https://doi.org/10.48751/CAM-2019-12120>